


DOI: 10.22476/revcted.v6.id463

ISSN: 2447-4223

ANA, VOCÊ SE RECORDA DO PROJETO ESCOLA CIDADÃ?

Henrique Frey¹

 <http://orcid.org/0000-0002-9326-0121>
Colégio CEUNSP; Colégio Ápice

Submetido em: 09/10/2020	Aceito em: 13/12/2020	Publicado em: 31/12/2020
---------------------------------	------------------------------	---------------------------------

Resumo

O presente texto apresenta um diálogo entre professor e aluna ao retomar a memória da realização de uma proposta de pesquisa no âmbito da disciplina de Sociologia no ano de 2016 em uma escola particular de Itu-SP. O professor, inicialmente, apresenta alguns questionamentos sobre a sua prática docente a partir das proposições feitas por Paulo Freire para a então aluna e, agora, pedagoga, Ana Julia. O diálogo acerca da memória da atividade, que se preocupava em investigar a questão da fome no município, proposta quando a aluna cursava o segundo ano do Ensino Médio, versa sobre uma prática pedagógica que resultou na promulgação da lei municipal nº 1.886/2017 cujo projeto teve redação feita pelos estudantes. Por fim, procura-se discutir o sentido da educação cidadã e os possíveis caminhos para a sua implementação nas escolas.

Palavras-chave: educação cidadã; cidadania; prática docente.

ANA, DO YOU REMEMBER THE CITIZEN SCHOOL PROJECT?

Abstract

The current text presents a dialogue between teacher and student when resuming the memory of the realization of a research proposal in the scope of the discipline of Sociology in 2016 in a private school in Itu-SP. The teacher initially presents some questions about his teaching practice based on the propositions made by Paulo Freire for the then student and now a pedagogue, Ana Julia. The dialogue about the memory of the activity, which was concerned about investigating the issue of hunger in the municipality, proposed when the student was in her second year of high school, deals with a pedagogical practice that resulted in the enactment of municipal law No. 1,886/2017 whose

¹ Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais. Mestre em Demografia (IFCH/UNICAMP). Professor de Filosofia e Sociologia do Colégio Ápice/ Sorocaba, SP e do Colégio Ceunsp/ Itu, SP. E-mail: henriquefrey@yahoo.com.br.



project was written by students. Lastly, it seeks to discuss the meaning of citizen education and the possible ways for its implementation in schools.

Keywords: citizen education; citizenship; teaching practice.

ANA, ¿RECUERDAS EL PROYECTO ESCUELA CIUDADANA?

Resumen

Este texto aporta con una propuesta de pesquisa desarrollada en el campo disciplinar de la Sociología, en una escuela secundaria particular, situada en la ciudad de Itu-SP. Aquí, presentamos, transformado en memória, el diálogo entre alumna y profesor. Diálogo establecido en forma de cuestionario sobre la práxis docente, preguntas que toman por base los aportes de Paulo Freire. La interlocutora de este diálogo fue la alumna y actualmente pedagoga: Ana Julia. El diálogo propuesto tuvo como núcleo temático: el hambre, en el contexto de la ciudad de Itu-SP. El tema ha sido analizado cuando la alumna cursaba el segundo año de secundaria y culmina con la promulgación de la Ley de la Intendencia de Itu, N. 1886/2017, en un proyecto escrito colectivamente por los estudiantes. La memória investigativa que registramos se vuelve al término de este artículo, en la reflexión sobre la denominada educación ciudadana y los posibles caminos para su implementación en las instituciones escolares.

Palabras clave: educación ciudadana; ciudadanía; práctica docente;

Caríssima Ana Júlia,

Você se recorda daquele projeto sobre a fome que fizemos no Colégio? Já se passaram quase quatro anos... dia desses me peguei pensando em todo o processo: desde os embates em sala de aula por conta do “trabalhinho de escola” que seria denso (e tenso) até a finalização da redação do nosso projeto de lei. Um projeto de lei que nós apresentamos à Câmara Municipal de Vereadores de Itu! Eu já tenho um tempinho de estrada – são quase quinze anos de sala de aula – e posso dizer que das experiências e vivências que já acumulei como professor, talvez esta seja a de maior impacto acadêmico e social. Embora tenha agradecido a você e aos demais por terem me proporcionado tamanha satisfação, acho que nunca consegui expressar, de fato, este sentimento. Por esta razão lhe escrevo esta carta: para falar da minha percepção e dialogar contigo como colega de profissão – você já concluiu o curso de pedagogia!

A minha sensação é que finalmente consigo tomar distância da emoção da prática pedagógica para pensar em tudo o que fizemos, dos possíveis desdobramentos e o alcance desse

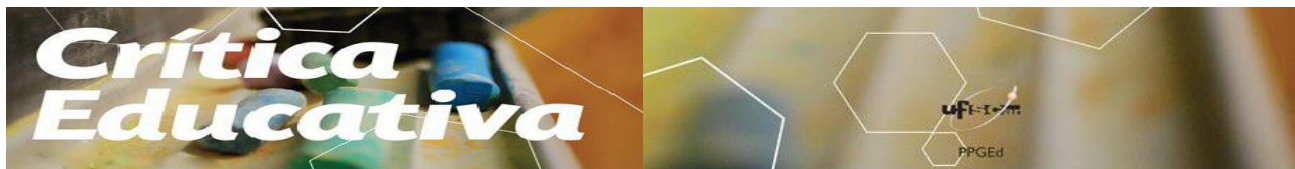


tipo de ação. Curioso como um professor que fala da importância da educação para além dos muros da escola guarde as experiências todas para si, não? Penso que vou conseguir “lidar” com isso finalmente! Por outro lado, e, aproveitando que estou em movimento, pensei que seria importante saber de você: como foi experienciar este processo como estudante? E, agora como professora, de que maneira você visualizaria o que fez cerca de quatro anos atrás? Ah, fique tranquila, pois não é mais uma atividade que peço para você... é, como disse acima, um diálogo com uma aluna que sempre teve um posicionamento crítico em sala de aula!

Embora conheça os limites da atuação dentro de uma escola particular, sempre procuro estabelecer os marcos da dinâmica em sala de aula. E um deles – espero que você se lembre – é que todos trazem um pouco de si para as aulas, todos têm uma bagagem acumulada e podem, se se sentirem confortáveis, colocá-la à disposição das nossas discussões. Além disso, costumo dizer que este processo sempre é uma via de mão dupla: todos aprendemos! A essa altura, você, que já leu Paulo Freire, associa essa prática aos apontamentos feitos por ele. E, para sinalizar o lugar desta nossa conversa, cabe fazer a devida referência: “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (FREIRE, 2002, p. 25). Pergunta para você, caríssima: na condição de estudante – e agora pedagoga – estes pressupostos que indicam a possibilidade de autonomia estavam realmente postos?

Ana, não quero incomodá-la com tantas questões. Mas é que este ano, particularmente, pensar sobre as minhas práticas em sala de aula tem sido uma constante... e seria de grande valia ter uma devolutiva a partir das suas impressões... Vou retomar a razão desta carta: a memória e discussão acerca do nosso super projeto!

Como você bem sabe, lecionando na disciplina de Sociologia, tínhamos apenas um encontro semanal de 50 minutos – muito pouco, né? Mesmo assim, o nosso projeto de lei começou a nascer a partir de uma proposta que mobilizou os primeiros e os segundos anos do Ensino Médio do Colégio. Na ocasião, Ana, para os ingressantes do Ensino Médio, a tarefa exigia um recorte sobre a desigualdade social a partir de um filme, uma música, uma obra de arte ou qualquer outra forma de se apreender os diferentes aspectos do fenômeno em tela. Foi assim que desde a apresentação, discussão e problematização da tarefa a fome se tornou objeto de pesquisa de diferentes grupos,



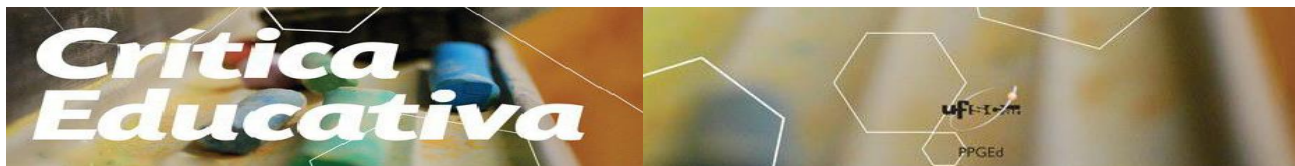
colocando-os diante do esperado processo de desnaturalização de processos sociais a partir do estranhamento² da própria realidade – a fome não se apresenta para alunos desta camada social.

Os discentes dos segundos anos do Ensino Médio – a sua turma era o 2º A, né? –, por sua vez, discutiam as noções de inclusão social e responsabilidade social e, diante das demandas e inquietações levantadas pelos primeiros anos (fome como problemática), pensamos a nossa ação. Ao buscar a memória deste projeto, caríssima, encontrei a proposta que elaborei com vocês aqui no meu computador. Se quiser, posso enviar para você depois. Após a preparação, fizemos um trabalho de investigação junto a instituições de ensino, igrejas e poder público – executivo e legislativo – para entender as dinâmicas em torno da ideia de inclusão social em Itu. Formamos oito grupos diferentes! Eu estava me sentindo um coordenador de pesquisas de campo! E o que era um “trabalhinho de escola”, ganhava proporções... tenho a memória da indignação da sua fala, Ana. Você, que fez a pesquisa junto a instituições de ensino dizia que era um absurdo que as Faculdades, diante das estruturas disponíveis, não direcionassem esforços à questão da fome, enquanto um grupo de professores de uma escola estadual – não lembro em qual delas o seu grupo fez a pesquisa – se organizava para doar cestas básicas aos alunos que passavam fome.

Essa sensação esteve presente em outras falas... e as impressões que surgiram após a sistematização dos dados e entrevistas com diferentes agentes sociais, indicavam que a inclusão social – observada na perspectiva da escola, da igreja e do Estado – depende de ações e esforços individuais. Para mim, como professor, foi muito gratificante perceber as leituras que vocês fizeram sobre a realidade. O estranhamento a que fiz referência anteriormente se verificou na conclusão desta atividade, pois, a princípio o desejo das duas salas era realizar uma ação concreta, uma campanha de arrecadação de alimentos na escola para doação a alguma instituição. O Felipe sinalizava o tempo todo para fazermos algo nesta direção, mas a esta altura, a ideia parecia esvaziada e ao questioná-lo sobre o sentido da mobilização, a constatação: seria mais uma ação pontual para tratar de um tema urgente e recorrente.

O interessante da avaliação como docente, Ana, foi perceber que as perguntas se apresentaram novamente, mesmo depois de finalizada a atividade: como pensar, de fato, na ideia de inclusão social? Qual é o papel do Estado neste processo?

²Sobre esta questão, ver Moraes e Guimarães (2010).



Foi a partir destes apontamentos que apresentei algumas reflexões sobre os direitos sociais e a leitura clássica – nos livros didáticos³ – sobre cidadania⁴. E ao discutirmos sobre o sentido das políticas públicas para a garantia dos direitos, e o papel do legislativo junto ao executivo, os estudantes propuseram a formulação de uma proposta de arrecadação permanente de alimentos que deveria ser enviada à Câmara de Vereadores.

Ana, você se recorda o que falei em sala de aula? Penso que era algo como: “acho fantástico! Uma turma escreve a justificativa da proposta e a outra turma elabora as regras para a devida implementação”. O meu papel seria de orientar as turmas e revisar o texto. Mas, o que aconteceu a partir dessa conversa? Nada! Ninguém fez nada... e eu dizia quando alguém me questionava sobre o andamento do texto: “o projeto é de vocês, deve partir de vocês! Se vocês não escrevem é porque não se interessam, enquanto turma, pela sequência da ação. Sigo à disposição, mas não cabe a mim escrever!” Lembra disso?

É importante lembrar do vínculo que estabelecemos com o Instituto do Legislativo Ituano⁵ (ILI) no decorrer de 2016. Havíamos elaborado em parceria com o ILI o “Conversas de quinta”, um espaço para apresentar à comunidade ituana os resultados das reflexões feitas em sala de aula. Em outubro daquele ano vocês expuseram os resultados do projeto sobre a fome. Penso que isso contribuiu para vocês retomarem a ideia inicial... pois foi a partir disso que você e a Ana Carolina – que deve estar quase terminando o curso de Medicina Veterinária – no final de novembro de 2016 redigiram a proposta no laboratório de informática do colégio (acho que tenho até foto desse dia). Vocês fizeram a estrutura do texto e enviaram para apreciação dos demais colegas das duas salas. E depois das idas e vindas do texto, tínhamos a nossa proposta que foi apresentada em primeira mão em um evento do ILI. Na ocasião eu fui convidado⁶ para falar sobre “os caminhos da educação cidadã em Itu” e a convidei para apresentar o texto que seria o nosso projeto de lei (PL 034/2017) e

³ Para uma leitura sobre o tema, ver FERES JÚNIOR, João; POGREBINSCHI, Thamy. Democracia, cidadania e justiça. In: MEC. **Sociologia**. PDE: Brasília, 2010. (Coleção Explorando o Ensino Médio)

⁴ Uma das referências clássicas sobre o tema é MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

⁵ O Instituto do Legislativo Ituano (ILI) é uma escola do Legislativo, fundada em 2013 através da Câmara de Vereadores da Estância Turística de Itu. Sobre o ILI, ver: <http://www.camaraitu.sp.gov.br/ili>

⁶ O ILI era presidido por Katherine Silva que organizou o evento “Desafios das novas legislaturas: fortalecimento do Poder Legislativo e a Educação para a cidadania”. Participei como expositor no Painel 3, com a Profª Maria do Carmo CataláFragnani (Fadi-Itu) e Profª Dra. Juliana Verona (Fatec-Itu).



que seria aprovada na Câmara Municipal em abril de 2017 – Lei nº 1.886/2017. A sala estava cheia, várias autoridades do município e você não titubeou: leu o texto de maneira firme e fez com que todos tivessem acesso aos resultados do nosso “trabalhinho de escola”. Uma ação grandiosa que promove a arrecadação de alimentos durante o ano todo nas escolas públicas e privadas do município e que leva, também, o debate sobre a educação cidadã⁷.

Sabe, Ana, fiquei durante todos estes anos observando os resultados da nossa ação sem fazer a devida reflexão. A princípio, o enfrentamento da fome como problema social na pauta da comunidade escolar parecia indicar o que parte da literatura chamaria de educação cidadã. Isso parecia resolvido. Mais do que isso, poderia fazer leituras acerca da prática pedagógica e o envolvimento de diversos personagens do colégio, a idealização e execução das etapas do trabalho solicitado, os possíveis impactos sobre a formação dos discentes envolvidos, os apontamentos acerca do “eu” e do “outro”, a aproximação junto à estrutura do legislativo municipal como componente formativo, entre outras. Mas, ao revisitar estas lembranças a partir de outros olhares – uma bibliografia extensa sobre o tema –, passei a me perguntar: o que fizemos foi, de fato, uma ação cidadã? Podemos, efetivamente, falar em um processo que leva à educação cidadã? Qual concepção de educação cidadã se apresenta diante do cenário exposto acima?

De acordo com Silva e Martins (2016), a discussão conduz a ao menos duas leituras: a reprodução de um modelo liberal⁸ centrada no indivíduo e associada aos aspectos formais expressos na proposição de uma lei, ou, uma prática marxista construída histórica e socialmente que leva à emancipação do indivíduo. Por outro lado, há uma premissa republicana cuja inspiração remonta à pactuação rousseauiana (VENERA, 2009). Em qual leitura nos inserimos, caríssima? Quais os limites para o uso do termo educação cidadã? Tenho pensado nestas questões... isso porque, do ponto de vista pedagógico, o projeto teve êxito e pode ser difundido; pelo viés da ação social e o enfrentamento da fome, se houver cenário político favorável e o mínimo de articulação setorial, parece ser uma proposta aplicável; agora, como professor – que dialoga com outra professora – qual é o pressuposto epistemológico que baliza tal ideia? Qual é o impacto sobre a formação do

⁷ Sobre a implementação do projeto, consultar <http://www.camaraitu.sp.gov.br/PaginaLLI/EscolaCidada>

⁸ Referência: LOCKE, John. Segundo Tratado Sobre o Governo Civil e Outros Escritos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. No texto a centralidade do indivíduo que tem liberdade e propriedade como condição natural e é isso que o pacto de consentimento, na passagem para a sociedade deve garantir.



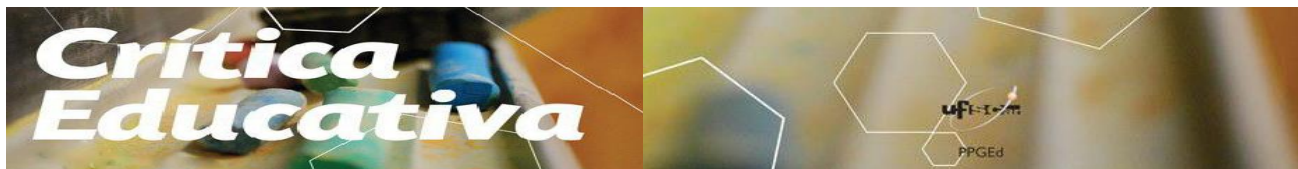
estudante (do cidadão)? Refazendo a pergunta: com base nos elementos elucidados por Silva e Martins (2016), é possível observar, na prática, as ideias de emancipação política ou emancipação humana?

Espero seguir este diálogo contigo. E, embora entenda que “todos educam para a cidadania”(MARTINS, 2019), isto é, sempre haverá um tipo de olhar para a formação do cidadão, me preocupa a maneira como temos construído esta problemática na escola e a forma como cada estudante dialoga com a sua própria realidade. Caríssima Ana, haverá possibilidade de construirmos verdadeiramente uma outra educação⁹?

Referências

- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Edição 27ª. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LIBANEO, Jose C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.
- LIMA, Paulo G. Uma leitura sobre Paulo Freire em três eixos articulados: o homem, a educação e uma janela para o mundo. **Pro-Posições**, v. 25, n. 3 (75), p. 63-81, set./dez. 2014.
- MARTINS, Marcos F. Todos educam para a cidadania. **Cad. Pesq.**, v. 26, n. 1, jan./mar., 2019.
- MORAES, Amaury Cesar; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia. In: Secretaria de Educação Básica. MEC. **Coleção explorando o ensino: Sociologia**. Brasília: [s. n.], 2010. v. 15, cap. 2, p. 45-62.
- SILVA, Ricardo P.; MARTINS, Marcos F. Críticas ao conceito liberal de cidadania e as decorrências na educação. **Revista COCAR**, Belém, v.10, n.20, p. 131 a 157 – Ago./Dez. 2016.

⁹Referência à fala otimista acerca dos desígnios da globalização (“ainda estamos fazendo ensaios do que será a humanidade”) feita pelo geógrafo Milton Santos no documentário dirigido por Silvio Tendler. Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá. Direção: Silvio Tendler. Produção: Ana Rosa Tendler. [S. l.]: Caliban produções cinematográficas, 2006.



SOËTARD, Michel. **Jean-Jacques Rousseau**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena. Sentidos da educação cidadã no Brasil. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 34, p. 231-240, 2009.